

“Ouça sempre o outro lado”: a pluralidade de fontes na perspectiva dos manuais de redação

Elise Azambuja Souza

Doutoranda e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo (CNPq/UFSM)
E-mail: elise.as@hotmail.com

Júlia Capovilla Luz Ramos

Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Membro do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo (CNPq/UFSM)
E-mail: jcapovilla8@hotmail.com

Resumo: No presente trabalho analisamos como os manuais de redação dos jornais brasileiros *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Zero Hora* e *Estado de Minas* abordam o acionamento de fontes jornalísticas e a ideia de pluralidade de versões como forma de garantir isenção e objetividade às narrativas jornalísticas. Considerando a noção de serviço público exigida do jornalismo e o dever de dar conta de todas as perspectivas do fato noticiado, o objetivo é compreender como esse tipo de material normativo orienta os profissionais sobre o tema. Observamos que as orientações trazidas pelos manuais não refletem a complexidade da questão, reduzindo a discussão sobre a necessária pluralidade de fontes e versões a casos controversos e à máxima “ouvir o outro lado”, contribuindo para a perpetuação de rituais estratégicos (TUCHMAN, 2016) não necessariamente eficazes.

Palavras-chave: Fontes Jornalísticas; Pluralidade; Manuais de Redação.

“Always listen to the other side”: the plurality of sources from the perspective of editorial guidelines

Abstract: In the present paper, we have analyzed how the editorial guidelines of the Brazilian newspapers *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Zero Hora*, and *Estado de Minas* approach the activation of journalistic sources and the idea of plurality of versions as a way of guaranteeing neutrality and objectivity to journalistic narratives. Considering the notion of public service required by the journalism and the obligation of accessing all the perspectives of the reported fact, the objective is to comprehend how this type of normative material leads the professionals about the topic. We have observed that the guidance brought by the editorial guidelines do not reflect the issue’s complexity, reducing the discussion about the necessary plurality of sources and versions to controversial cases and also to the ideal “listen to the other side”, contributing to the perpetuation of strategic rituals that are not necessarily effective.

Keywords: Journalistic Sources; Plurality; Editorial Guidelines.

Introdução

Ao escrever sobre os fatores que fundamentam a noção de objetividade no jornalismo, Tuchman (2016) aponta que um dos atributos formais necessário de uma notícia é a apresentação dos “dois lados da questão”. As fontes consultadas no processo de apuração da notícia podem apresentar “pretensões de verdade” distintas e expor essas versões opostas seria, portanto, um dos passos seguidos pelos profissionais do campo para garantir objetividade à notícia. Entretanto, é preciso sublinhar que a objetividade, assim como a imparcialidade, tem mais potencial para ser vista como um ideal do que como algo concreto. Para Tuchman (2016), a objetividade trata-se de um ritual estratégico definidor de alguns procedimentos operacionais que escudam o trabalho jornalístico, entre eles: a construção do texto a partir de uma ordem hierárquica apropriada, o uso das aspas, a apresentação de versões conflitantes e de fatos que comprovem tais versões.

O jornalismo é historicamente permeado pela discussão que envolve questões como isenção, imparcialidade, objetividade e pluralidade. Desde o surgimento da imprensa comercial, ainda no século XIX (AMARAL, 1996), todas essas características se estabeleceram como valores profissionais. Apesar de estarem hoje mais ligadas a um ideal no horizonte profissional do que a uma meta a ser seguida como no período de seu surgimento, tais pontos sempre estiveram em debate justamente em função do papel de serviço público exercido pelo jornalismo. A discussão ao redor dessas questões está fortemente atrelada à forma como se dá o acionamento e a concessão de lugar às fontes nas matérias jornalísticas, já que a consulta a elas está na base da apuração e que a sustentação de uma construção jornalística plural e objetiva está ligada à exposição das opiniões e/ou versões sobre determinado fato.

De forma geral, entendemos que as práticas jornalísticas se orientam dentro de uma lógica transorganizacional, representada por uma cultura profissional compartilhada e, especificamente no interior das redações, estão de acordo com regras internas às organizações, representadas não só pela política editorial como por outras formas de controle normativo, a exemplo dos manuais de redação (SOLOSKY, 2016).

No presente trabalho, além de revisarmos algumas das principais bibliografias sobre jornalismo e o que dizem sobre fontes e pluralidade, nos propomos a analisar o que dizem os manuais de redação dos jornais brasileiros *Folha de S. Paulo*; *O Estado de S. Paulo*; *O Globo*; *Zero Hora* e *Estado de Minas* sobre o tema, buscando compreender como (e se) trazem a ideia de pluralidade de versões. Mapeamos e destacamos, portanto, todos os momentos em que os manuais analisados tratam dessas questões no intuito de levantar o entendimento dos manuais sobre a ideia de pluralidade e, conseqüentemente, quais orientações são dadas aos profissionais em relação a isso.

As fontes jornalísticas

A produção de textos noticiosos está essencialmente assentada sob a consulta a fontes, seja com a finalidade de confirmar informações ou esclarecer acontecimentos. De acordo com Schmitz (2011), as fontes são o centro de qualquer apuração justamente porque é a partir delas e de seu conhecimento em diferentes níveis, capazes de informar e contextualizar os fatos, que o jornalista mede a realidade e faz suas confirmações para, posteriormente, informar o público. Entre os recursos possíveis na utilização das fontes de informação em um texto noticioso está não só a garantia de credibilidade das informações, como a humanização da notícia, além da isenção de responsabilidade do próprio jornalista sobre declarações literais através do uso de aspas (SCHMITZ, 2011).

Como lembra Schmitz (2011: 60), os meios de comunicação, ao distribuírem as informações, assumem responsabilidades públicas, enquanto as fontes seguem a “ética das consequências e a sua responsabilidade está vinculada ao resultado do que informa ou não. Segue um modo singular de dizer, com base nos seus interesses, não necessariamente na verdade, mas no que acredita”. Esse jogo de interesses causado pela diferença de motivação entre jornalistas e fontes, para Gonçalves (2014), também poderia ser chamado de “um grande cabo de aço”.

Mesmo um tanto modificado pelo caráter proativo que assumem as fontes nessa relação, os jornalistas não figuram apenas como intermediários. Pinto (2000: 184) indica que eles também desempenham um papel ativo na seleção e enquadramento das informações e, portanto, precisam “conciliar a colaboração produtiva da fonte e o distanciamento crítico que o trabalho jornalístico supõe”. A necessidade de distanciamento crítico exigida dos jornalistas tem seus contornos ampliados no imaginário social, que associa a figura do repórter com a de um investigador (semelhante ao personagem Sherlock Holmes), capaz, nesse caso, de conduzir diligências, controlar as fontes, organizar as informações recebidas e dar voz ao relato. Ou seja, é “como se o relato jornalístico fosse uma compilação da astúcia e da vitalidade de um repórter e da colaboração passiva das versões oferecidas pelas fontes” (GONÇALVES, 2014: 89).

O comprometimento cobrado do jornalista tem relação com os valores profissionais que surgiram no século XIX com o desenvolvimento da imprensa, fundada em princípios positivistas que instituem não só a objetividade e a procura da verdade, mas também uma noção de serviço ao público como ideais com os quais a profissão identifica-se até hoje (TRAQUINA, 2012). Nesse sentido, mesmo que valores como o da objetividade permaneçam apenas como ideais, as questões que envolvem o caráter público do jornalismo estão relacionadas ao papel que ele exerce na sociedade democrática, que fez do jornalista uma espécie de “cão de guarda”.

É essa ideia de “defesa da liberdade, da verdade, da justiça, da pluralidade de opiniões e de pontos de vista, e da vigilância dos atos do governo” que fundamenta, de acordo com Bucci (2000: 18), a ética jornalística. A ética sustenta uma certa deontologia no campo, capaz de orientar as decisões individuais do jornalista diante de impasses justamente porque o jornalismo é um lugar de conflito. A palavra ética tem sua origem no grego *ethos*, que faz referência a uma cultura compartilhada por uma coletividade (costumes, valores, crenças). É justamente essa cultura que orienta o trabalho dos profissionais, já que, mais do que uma normatização comportamental, a ética põe em jogo valores partilhados que devem ser seguidos por todos os membros de uma organização jornalística que, nesse caso, estão sob vigilância do público (BUCCI, 2000).

Traquina (2016: 235) vai ao encontro dessa ideia quando lembra que “as decisões tomadas pelo jornalista no processo de produção de notícias (*newsmaking*) só podem ser entendidas inserindo o jornalista no seu contexto mais imediato – o da organização para a qual ele ou ela trabalham”. De fato, não é nova a ideia de que a influência das organizações e, de forma mais geral, da cultura profissional, são determinantes no processo de construção das notícias, proposição que aparece nos estudos de fontes desde a década de 1970 (SIGAL, 1973).

A existência de determinados procedimentos ritualizados no jornalismo também está na base dos estudos de *newsmaking*, que entende a cultura profissional como um “emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis, rituais e convenções” (GARBARINO, 1982: 10 *apud* WOLF, 2001: 189) sob os quais se constroem convenções profissionais que estabelecem formas de driblar a escassez de tempo de meios.

Tuchman (2016), que também realizou pesquisas de *newsmaking*, da mesma forma, ressalta a adoção de estratégias e operações habituais que respaldam e

consequentemente moldam a produção jornalística. Ao refletir sobre a questão da objetividade no jornalismo defende que ela funciona como “uma noção operativa [...] para minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores” (TUCHMAN, 2016: 114). A objetividade, nesse caso, imposta como método ideal para a produção noticiosa, é perseguida através de um conjunto de procedimentos (incluindo aí a consulta às fontes) que, eficientes ou não, são compartilhados pela comunidade jornalística de forma ritualizada.

A objetividade também é ressaltada por Solosky (2016) como um dos principais procedimentos a serem seguidos pelos jornalistas. Para o autor, sua adoção resulta na proteção do jornalista e da organização, tanto para assegurar a lealdade do leitor, que deve receber informações livres de posicionamentos ideológicos, quanto para delegar às fontes a responsabilidade pela exatidão das informações divulgadas. Para o autor, seguindo uma lógica transorganizacional, o profissionalismo jornalístico fornece as bases para o exercício da profissão, define o modo como são procuradas e relatadas as informações e se apresenta como uma forma de controle de comportamento dos jornalistas, difundido e introjetado ainda na fase de aprendizagem profissional. Solosky (Ibid.) ainda aponta a definição de políticas editoriais e a criação de regras internas às organizações como formas de controle das atividades profissionais. Ambas as dimensões guardam definições que orientam as decisões do profissional, incluindo o relacionamento com as fontes, as quais ganharão mais atenção no próximo subcapítulo.

Pluralidade de fontes e objetividade

A questão da objetividade pode ser de certa forma resumida à tentativa de cercar ao máximo a verdade, conceito que também não é sólido e livre de questões. Em seu livro *Jornalismo: teoria e prática*, Cotta (2005) problematiza a questão da verdade no jornalismo, e recorre à Aristóteles para pensar o conceito. Segundo o autor:

Um jornalista nunca poderá alcançar a “verdade”, inclusive porque o conceito exato sobre ela ficou complicado, depois de Aristóteles, por causa da necessidade prévia de saber a causa e a realidade do acontecimento. O jornalista nunca tem em mãos o “verdadeiro” em cada fato porque trabalha sempre com o que parece verdadeiro ou verossímil (para ele e para suas fontes). (Ibid.: 53)

Diante disso, compara as formas de se alcançar a verdade defendidas pelo filósofo com o trabalho jornalístico, entre elas, a busca de provas. Nesse raciocínio as fontes de informação, com seus depoimentos e versões sobre determinado fato, têm tanta importância no jornalismo como as provas testemunhais na retórica aristotélica. Esta última se propunha a apresentar versões contraditórias e assinalar suas diferenças e verossimilhanças para tirar conclusões e se aproximar ao máximo da verdade, e é dela que seria tributária, para Cotta (Ibid.), a tradicional ideia de buscar várias fontes de informação que permanece no jornalismo.

¹ Os *Cadernos de Jornalismo e Comunicação* foram publicados de 1965 a 1973 pelo Jornal do Brasil. O objetivo da publicação, inspirada no *Winners and Sinners*, publicado internamente no *The New York Times*, era debater a produção jornalística a partir das experiências dos próprios profissionais. Disponibilizados para o público, os cadernos foram a primeira iniciativa que externava o *modus operandi* das redações brasileiras (BRONOSKY, 2010).

Ainda em 1969, na vigésima edição da publicação *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*¹, encontramos um artigo assinado por Octávio Bomfim que, ao tratar da apuração da notícia, destaca a importância da exatidão dos dados apurados para a “veracidade” da informação. Conforme o autor, “O bom jornalista tem consciência de que é sempre necessário obter todos os ângulos de um acontecimento, sem o que não dará ao leitor a informação completa” (BOMFIM, 1969: 43). O autor aponta ainda cinco formas de apuração feitas pelos repórteres com o intuito de levantar informações: a observação direta; a coleta, realizada por meio de conversas com fontes e acesso a documentos; o levantamento, uma espécie de investigação conduzida pelo repórter; o despistamento, que admite o uso de recursos circunstanciais para descobrir segredos; e, por fim, a análise,

processo em que o jornalista confronta informações a fim de levar o panorama crítico dos acontecimentos ao público.

Tais procedimentos, principalmente os que requerem uma postura mais cética do profissional, como o levantamento e a análise, guardam semelhanças com as ideias que Rossi trabalha em *O que é jornalismo*, publicado originalmente em 1980. O autor ressalta que qualquer pessoa pode ser fonte e a sua credibilidade sempre deve ser avaliada pelo repórter, já que, mesmo as fontes altamente credenciadas podem faltar com a verdade. Nesse sentido, nenhum possível informante deve ser rejeitado e o repórter deve “pesar cada informação passada pelas fontes, confrontá-la com outras, oriundas de outros informantes, avaliá-la em função de seus próprios conhecimentos ou informações anteriores sobre o tema – e, assim, compor o seu próprio quadro” (ROSSI, 1991: 51).

Nesse cenário, inúmeras publicações que se dedicam a conceituar e explicar os meandros da profissão guardam no horizonte a visão de que o jornalista nunca deve se limitar a uma única fonte de informação. No próprio livro de Cotta (2005) essa ideia aparece de forma recorrente. O autor ressalta a importância da dúvida como princípio, lembrando que o repórter “jamais poderá ficar plenamente satisfeito ouvindo apenas uma única versão do fato” (Ibid.: 74).

No *Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas*, livro direcionado principalmente a estudantes de jornalismo e profissionais recém-formados e que traz os preceitos básicos da profissão, Thaís de Mendonça Jorge aponta que a entrevista, uma das formas mais difundidas para obtenção de informações, é uma “quebra de isolamento e serve à difusão de vozes, ao pluralismo informativo” (JORGE, 2008: 113), e cita quatro tipos de entrevista: a entrevista-rito; a entrevista anedótica; a entrevista-diálogo; e as confissões. Entretanto, a autora coloca que o aprofundamento da pauta pode levar a outros tipos, como as enquetes; os confrontos, que seriam debates e painéis sobre temas polêmicos; as entrevistas investigativas, nas quais o jornalista procura meios indiretos para averiguar informações; ou aquilo que chama de entrevista conceitual, em que “o entrevistador procura ouvir os dois lados da questão” (Ibid.: 115).

Outra publicação semelhante é o livro *Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas e exercícios*, de Ana Estela de Sousa Pinto. Com um tom ainda mais didático, a autora traz inúmeras recomendações junto a exercícios práticos. Ao falar sobre os elementos básicos da apuração, Pinto (2009: 89) destaca que as fontes têm seus próprios interesses e, portanto, o repórter não pode confiar cegamente na entrevista, sendo necessário “levantar dados concretos, ouvir várias versões, obter documentos”. No capítulo “Para além dos fundamentos”, Pinto (Ibid.) ainda trabalha questões específicas sobre a cobertura de grandes acontecimentos e reportagens de fôlego, como casos judiciais e tragédias, destacando que sempre há “outro lado” a ser ouvido na história. Com relação aos casos judiciais, a necessidade de ouvir o lado oposto é tão substancial que a autora dá indicações de como tratar as fontes que apresentam versões conflitantes, como os acusados, e do que fazer caso esses não sejam encontrados ou não queiram se pronunciar.

Mario Erbolato, em seu livro *Técnicas de codificação em jornalismo*, que teve sua primeira edição publicada em 1978 e é considerado um livro clássico sobre o tema, também se dedica a sistematizar algumas dicas para o profissional e, com relação às fontes de informação, vai ao encontro dos demais autores. Erbolato (1991: 129) apresenta uma lista de diretrizes entre as quais encontramos a seguinte orientação: “divulgue todas as opiniões e aspectos em torno de uma controvérsia”.

Para a elaboração das normas que apresenta, o autor utiliza como base os livros que orientam a escrita jornalística de forma mais direta: os manuais de redação. Erbolato (Ibid.: 128) lembra que os manuais apresentam normas

relativas a cada jornal e reúnem “orientações de ordem moral e instruções técnicas sobre como devem ser feitas as matérias, além de regras de gramática” e cita alguns manuais considerados modelo no Brasil, entre eles, os dos jornais *Zero Hora* e *O Estado de S. Paulo*. Estes também são citados como modelos por Bronosky (2010) que se dedicou a pesquisar a gramática dos manuais e sua forma de apropriação nas redações.

O que dizem os manuais?

Segundo Bronosky (2010), a primeira iniciativa “manualística” foi do antropólogo Gilberto Freyre, que em 1929 apresentou uma proposta ao jornal *A Província de Pernambuco* com base nos modelos norte-americanos de *stylebooks*. Entretanto, devido à resistência dos jornalistas, acostumados ao modelo europeu de escrita mais livre e opinativa, a proposta não vingou e o modelo norte-americano, baseado na isenção e na objetividade, só ganhou força no Brasil na virada do século XIX para o século XX. Assim como o princípio da objetividade no jornalismo esteve ligado ao surgimento da imprensa comercial, a adoção dos manuais de redação no Brasil também esteve relacionada ao ingresso da imprensa nas lógicas de mercado, o que aconteceu na década de 1950. Nesse período, os manuais entraram em algumas redações junto a várias outras transformações editoriais e gráficas que tinham por objetivo disciplinar, racionalizar e agilizar as atividades jornalísticas (BRONOSKY, 2010).

Entretanto, de acordo com o autor, a popularização dos manuais aconteceu só na década de 1980, quando o jornal *Folha de S. Paulo* teve a iniciativa de publicar o *Manual geral da redação* (1984), o primeiro a ser disponibilizado para o público em geral. Alvo de ataques pela tentativa de controle excessivo do trabalho jornalístico, o manual foi reformulado e uma nova versão foi publicada em 1987, servindo de modelo para vários outros jornais.

Hoje popularizados, os manuais, embora se constituam como um conjunto de normas específicas, não são adotados de forma rígida e literal nas redações, mas “funcionam para os jornalistas como um dispositivo modelador de suas ações, onde se apresentam múltiplas possibilidades de uso” (BRONOSKY, 2010: 65). Citando Patrício (2002), que analisou o conteúdo dos manuais dos principais veículos impressos do país, o autor destaca que, embora a ideia de objetividade seja questionada nos próprios manuais, estes ainda se norteiam pelos ideais de isenção e pluralidade.

Podemos confirmar essa assertiva já na primeira seção do *Manual da redação da Folha de S. Paulo* (2013), que se dedica a explicar o projeto editorial ao leitor e no qual o jornal é definido como crítico, pluralista e apartidário. Nesse ponto, a publicação destaca que “o pluralismo, apequenado muitas vezes na auscultação meramente formal do ‘outro lado’ da notícia, deveria renovar-se na busca de uma compreensão mais autêntica de várias facetas implicadas no episódio jornalístico” (MANUAL..., 2013: 17). Quando relata os procedimentos seguidos para a produção do jornal, salienta a importância do cruzamento de informações com a seguinte afirmação:

Toda boa reportagem exige cruzamento de informações. Esse mecanismo jornalístico consiste em, a partir de um fato transmitido por uma determinada fonte, ouvir a versão sobre o mesmo fato de outras fontes independentes. O recurso é útil tanto para comprovar a veracidade de uma notícia quanto para enriquecer a reportagem com aspectos não formulados pela fonte original. (Ibid.: 26)

Segundo o *Manual*, o procedimento chamado “ouvir o outro lado” é acionado quando se tem em mãos informações que possam comprometer indivíduos ou

entidades. Logo, estas devem ser ouvidas e ter suas versões publicadas. Em alguns casos, tais versões podem até mesmo desmentir a informação inicial e levar o jornalista a refazer a apuração. A publicação ainda destaca que “as práticas de cruzar informações e de ouvir o outro lado baseiam-se nos conceitos de que todo fato comporta mais de uma versão e de que o julgamento desse fato não compete ao jornalista, mas ao leitor” e que essas práticas permitem ao jornalista não endossar “versões interessadas, que visem a manipulação da opinião pública, nem o erro que possa ser cometido por pessoas, instituições, empresas ou grupos” (Ibid.: 27).

Alguns verbetes também ressaltam as ideias acima, como “Jornalismo crítico”, em que o jornalista é orientado a identificar atitudes contraditórias e veicular “diferentes versões sobre o mesmo acontecimento” (Ibid.: 45), e “Pluralismo”, no qual se lê que “todo fato se presta a interpretações múltiplas, quando não antagônicas. O leitor da Folha deve ter assegurado seu direito de acesso a todas elas” (Ibid.: 48).

O manual do jornal *O Estado de S. Paulo*, o *Estadão*, que ao lado da *Folha* é considerado um dos principais jornais do país, traz, já nas instruções gerais, que os textos devem ser imparciais e objetivos e que versões conflitantes sobre um mesmo assunto sempre devem conter atribuição de fonte. A publicação (MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DE O ESTADO..., 1992: 56) conta ainda com os verbetes “Opiniões” e “Ouvir os dois lados”. No primeiro, destaca-se que as opiniões do jornal devem ficar restritas aos editoriais e aos especialistas: “Para oferecer ao leitor maior diversidade de opinião, o jornal tem críticos, comentaristas, analistas, articulistas, correspondentes e outros que, em matérias assinadas poderão expor suas opiniões”. No segundo, que “os dois ou mais lados envolvidos numa notícia deverão ser sempre ouvidos, se possível, antes da publicação dos fatos ou declarações”. E segue: “A observação vale especialmente para os casos em que haja acusações a alguém. Lembre-se: o direito de resposta é sagrado” (Ibid.: 56).

Outro periódico de destaque no país, o jornal *O Globo*, traz em seu *Manual de redação e estilo* (1997: 22) a lembrança de que “toda pesquisa sobre o passado recente deve levar em conta que não há informante mais traiçoeiro do que a memória de cada um. Raramente é fiel a reconstituição baseada em apenas uma fonte”. Ainda pior, de acordo com a publicação, é confiar em versões recuperadas de terceiros e naquelas que se mostram exageradas, portanto, o cuidado do jornalista com as informações que recebe deve ser diretamente proporcional ao interesse da fonte em divulgá-las. Nas matérias sobre controvérsias, o manual evidencia que o ideal é que tragam

a opinião de um, a opinião de outro e a apuração do jornal. A contribuição do jornalista está tanto na busca do parecer de isentas autoridades como, sempre que o assunto permite, na observação do repórter. (MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO, 1997: 24)

Em relação a situações em que existem choques de opinião e posições de acusação e defesa, o *Manual de redação e estilo de O Globo* (Ibid.: 37) destaca que “deve-se cuidar para que os textos a respeito estejam próximos uns dos outros, e com igual destaque, para evitar que o leitor tome conhecimento de apenas um lado da questão”. Entretanto, o texto chama a atenção para o fato de que mostrar apenas a versão da acusação e a resposta da defesa não são suficientes para constituir uma legítima reportagem de investigação, que é “fruto de trabalho exaustivo de levantamento e conferência de informações [...] aquilo que o jornal, por seus próprios meios, verificou ser verdadeiro e digno de publicação” (Ibid.: 47).

O *Manual de ética, redação e estilo* (1994) do jornal *Zero Hora* também traz algumas orientações nesse sentido. Entre as normas éticas estabelecidas pela

publicação encontramos verbetes como “Imparcialidade”, no qual “a reportagem deve abrir espaço a todos os lados envolvidos no assunto, sem qualquer preconceito, favorecimento ou perseguição” (MANUAL DE ÉTICA..., 1994: 17). Outro verbete que merece destaque é “Precisão”, ao definir que:

O jornalista de ZH tem o dever de conferir a veracidade de informações que possam produzir controvérsia. [...] Zero Hora entende que a simples publicação de versões conflitantes não é sinônimo de imparcialidade. Informações desconstruídas podem confundir o leitor. Cabe ao jornal apurar a verdade, com isenção e abrangência. (Ibid.: 19)

Assim como algumas publicações anteriores, o manual também trata especificamente dos casos de acusação jurídica, indicando que a versão da defesa sempre deve ser publicada, preferencialmente no mesmo dia da versão oposta. Caso haja recusa de entrevista por parte do réu ou das vítimas, ou ainda de seus porta-vozes legais, a orientação é informar ao público sobre a tentativa falha de obter retorno.

Orientação semelhante é encontrada no *Manual da redação do Estado de Minas* (s/d.). A publicação também destaca a necessidade de publicar a versão dos acusados, de preferência, junto a da acusação, corroborando com a ideia de que a grande busca do jornalismo está na procura pela verdade. O texto destaca que o jornal

não se satisfaz com a simples reprodução das diferentes versões. Ser imparcial não é difundir coisas a meio caminho entre a verdade e a mentira, sem o esforço de refletir a realidade. A informação de qualidade reclama um esforço adicional. O jornalista deve procurar ‘a verdade que está camuflada atrás da verdade aparente’. (MANUAL DA REDAÇÃO..., s/d.: 165-166)

Em outros momentos da seção, dedicada ao estabelecimento de um código de ética profissional, salienta-se que “O Estado de Minas não tem assuntos proibidos. A informação deve abrir espaço a todos os lados envolvidos no assunto, sem qualquer preconceito, favorecimento ou discriminação” (Ibid.: 163). E, ainda, que “o jornal abre suas páginas para o debate dos assuntos públicos e, independente de suas posições editoriais, admite o pluralismo e diversidade de opiniões” (Ibid.: 161).

Ao observar as orientações contidas nos manuais é possível destacar que, embora todos eles tratem da diversidade de fontes e versões como critérios a serem seguidos pelos profissionais, o entendimento sobre essas questões são variáveis. As indicações apresentadas nessas publicações e as perspectivas que carregam sobre o assunto podem ser resumidas a partir de alguns termos-chave utilizados. Os manuais do *Jornal Zero Hora* e do *Estado de Minas* relacionam a questão diretamente à ideia de “imparcialidade”. Para o primeiro, esta diz respeito à abertura de espaço, sem favorecimentos, para todos os lados envolvidos. Para o segundo reflete a desejável postura reflexiva do jornalismo ao ir além da reprodução de versões, protagonizando uma investigação da verdade camuflada, ideia que é representada no verbete “Precisão”.

A postura cética e investigadora por parte dos jornalistas também é destacada pelo manual do jornal *O Globo*. A publicação, além de atribuir à conferência de várias versões a função de verificar fatos e informações, dada a “baixa confiabilidade” de recorrer à memória de uma única fonte, também outorga ao jornalismo o papel de apresentar o trabalho de apuração como um terceiro elemento junto de duas opiniões controversas.

A perspectiva que gira em torno da existência de opiniões polarizadas a serem cobertas pelo jornalismo aparece marcada por expressões como “ouvir o outro lado”, que pode ser vista no manual da *Folha de S. Paulo* e “ouvir os dois lados”, trazida do manual do jornal *Estado de S. Paulo*. No caso da *Folha*, tal orientação é tida como um procedimento a ser adotado nos casos em que as informações apuradas atingem diretamente a pessoas e instituições. No manual do *Estado*, embora a expressão refira-se claramente a dois lados, o texto que a acompanha ressalta a possibilidade de existir um maior número de versões envolvidas em qualquer acontecimento a ser coberto, além de indicar tal procedimento especialmente para casos de acusação.

O termo “acusação” é outro que merece destaque. Entre os cinco manuais observados, os três que não apresentam a indicação direta de “ouvir o outro lado” reúnem instruções sob a perspectiva da acusação. Tanto os manuais do jornal *O Globo*, como *Zero Hora* e *Estado de Minas* ressaltam a obrigatoriedade de publicar as versões da defesa e da acusação e a preferência por publicá-las com a maior proximidade possível, garantindo que a exposição de ambos os lados fique clara para o leitor.

Apesar das indicações mais estritas em relação a esses casos conflitantes, dois dos manuais analisados trazem uma perspectiva mais ampla com relação à pluralidade de versões e ideias através do termo “pluralismo”. O *Estado de Minas* relaciona o pluralismo à diversidade de opiniões e ressalta a necessidade de abrir espaço a todos os lados envolvidos na questão apurada, enquanto o manual da *Folha de S. Paulo* reflete especialmente sobre o falso entendimento do termo que, mesmo estando ligado às várias facetas do episódio jornalístico tende a ser resumido na ideia de “outro lado”.

Algumas considerações

Quando se trata da busca por fontes no processo de apuração, as orientações presentes nos livros de jornalismo e nos manuais de redação se repetem: é necessário buscar sempre mais de uma. Mesmo que alguns autores pontuem a necessidade de checar as várias versões possíveis, se há uma frase que resume essa máxima do jornalismo, essa é “ouça sempre o outro lado”. Entretanto, os motivos apontados para isso são diversos e incluem desde o nível de confiança das informações apuradas, que tende a ser maior quanto maior o número de fontes que as confirmem, até a ideia de que todo e qualquer acontecimento jornalístico pode apresentar duas ou mais versões e perspectivas.

Revisando as teorias que dão aporte ao campo, percebemos que a questão da diversidade de fontes a serem consultadas respondem, em um primeiro momento, ao processo de apuração com vistas à aproximação da verdade dos fatos. Quando olhamos para algumas produções mais atuais e para alguns manuais percebemos uma preocupação maior com a possível gama de opiniões e versões que devem ser respeitadas na construção jornalística.

Entretanto, mesmo que essa consideração seja feita por alguns dos manuais analisados, apenas é destacada quando se está tratando de casos controversos ou de acusação, momentos em que emerge de forma predominante a concepção de “ouvir o outro lado”. De todos os manuais observados, o da *Folha de S. Paulo*, embora traga tal expressão como título de um dos procedimentos a serem seguidos, é o único que problematiza a limitação dessa máxima, se aproximando de uma discussão sobre a efetiva pluralidade dos temas tratados já na introdução do texto e apontando que tal visão redutora “deveria renovar-se na busca de uma compreensão mais autêntica de várias facetas implicadas no episódio jornalístico” (MANUAL..., 2013: 17). Ainda assim, quando olhamos especificamente para as orientações voltadas ao profissional,

vemos novamente a discussão sobre versões e opiniões das fontes girarem em torno de casos conflitantes.

Percebemos assim que a incipiente discussão sobre a pluralidade de fontes no jornalismo, que reduz a ideia a acontecimentos controversos ou de acusação e é legitimada pelos manuais de redação, tanto reflete como é refletida pela máxima do “outro lado” levada a cabo como forma de garantir pluralidade. Esse processo reafirma tais orientações como rituais estratégicos de objetividade (TUCHMAN, 2016) e, conseqüentemente, de pluralidade, compartilhados no campo profissional.

Referências

- AMARAL, L. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996.
- BOMFIM, O. A apuração da notícia. *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, n. 20, Rio de Janeiro, 1969.
- BRONOSKY, M. E. *Manuais de redação e jornalistas: estratégias de apropriação*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.
- BUCCI, E. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- COTTA, P. *Jornalismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rubio, 2005.
- ERBOLATO, M. L. *Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. São Paulo: Ática, 1991.
- GONÇALVES, J. F. Quem fala no jornalismo. In: LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. B. (org.) *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 89-102.
- JORGE, T. de M. *Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas*. São Paulo: Contexto, 2008
- MANUAL DA REDAÇÃO. Belo Horizonte: Estado de Minas, [s.d.].
- MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de S. Paulo. 19. ed. São Paulo: Publifolha, 2013.
- MANUAL DE ÉTICA REDACIONAL E ESTILO: organização de Zero Hora. Porto Alegre: L&PM, 1994.
- MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO. 24. ed. São Paulo: Globo, 1997.
- MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO O ESTADO DE S. PAULO. 2. ed. São Paulo: Maltese, 1992.
- PATRÍCIO, P. *Tirando o manual do automático: do mapa objetivo ao território transubjetivo nos caminhos do Jornalismo*, 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- PINTO, A. E. S. *Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas e exercícios*. São Paulo: Publifolha, 2009.
- PINTO, M. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade*, v. 14, n. 1-2, Braga, 2000, p. 277-294. Disponível em: <http://bit.ly/2YzNf1G>. Acesso em: 22 mai. 2018.
- ROSSI, C. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SCHMITZ, A. A. *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011.

SIGAL, L. V. *Reporters and officials: the organization and politics of newsmaking*. Lexington, MA: D.C. Heath and Co, 1973.

SOLOSKY, J. O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalísticos. In: TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 133-146.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2012.

TRAQUINA, N. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 233-246.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 111-132.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.